



ESTÁGIO SUPERVISIONADO **EM SERVIÇO SOCIAL:** a percepção dos supervisores de campo e docentes

SOUSA, Vivianne Batista Riker de¹
NORONHA, Mayza Lorena Barbosa da Silva²
LOPES, Maria Gracileide Alberto³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo destacar a visão dos supervisores de campo, e docentes sobre a formação profissional dos assistentes sociais na cidade de Manaus. Traz considerações para o debate acerca do projeto de formação em Serviço Social, destacando a supervisão de estágio como um pilar importante nesse processo. Trata-se de resultados de pesquisas de iniciação científica realizadas em campo com os sujeitos que compõe este trabalho. A temática da formação profissional está na ordem do dia, sobretudo, no cenário atual do ensino superior com modalidades de cursos aligeirados e que tem posto à profissão inúmeros desafio, especialmente, por diferentes direcionamentos teóricos que divergem daquele eleito coletivamente pela categoria profisisonal. Os resultados mostram o domínio e o entendimento que os sujeitos entrevistados têm sobre a importância do estágio na formação profissional em Serviço Social, visto que esse é o momento privilegiado para os sujeitos envolvidos façam análises da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Formação Profisisonal e Estágio Supervisionado.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo contribuir com o debate já existente sobre a supervisao de estágio em Serviço Social, considerando a importância que o a mesma tem na formação profissional do Assistente Social, a partir do projeto de formação profissional, em vigor desde 1996, construído coletivamente pela antiga Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esse projeto tem o estágio como um dos componentes curriculares obrigatórios dessa formação que propicia o desenvolvimento de competências e habilidades para exercer atribuições inerentes ao assistente social.

¹ Assistente Social, formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Pós-graduanda lato senso em Serviço Social na area Sócio-Jurídica. E-mail: vivianneriker@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas e mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia como bolsista do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS) do CNPq. E-mail: maylorenasilva@gmail.com

³ Assistente social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/ UFAM. integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico E-mail: asgracilopes@hotmail.com



Neste artigo nos interessa reafirmar a relevância do momento que o estágio supervisionado representa na formação profissional que baliza o projeto profissional construído e defendido no Serviço Social nos últimos anos, considerando o contexto de profundas mudanças no ensino superior ocasionadas pela crise estrutural do capital e seus impactos no mundo do trabalho e os retrocessos dos direitos sociais. Esse contexto tem impactado o ensino superior brasileiro e causado efeitos graves na formação profissional em Serviço Social.

O debate sobre o estágio supervisionado tem representado um importante campo de resistência lógica mercadológica da formação instrumental, uma vez que esse é o espaço propício para mobilizar e potencializar a defesa do projeto de formação profissional do Serviço Social. Para isso temos como referência os documentos elaborados coletivamente por meio das instâncias organizativas da profissão (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), que tem resistido e reafirmado o compromisso com a indissociabilidade entre a formação e o exercício profissional, bem como a Política Nacional de Estágio (PNE).

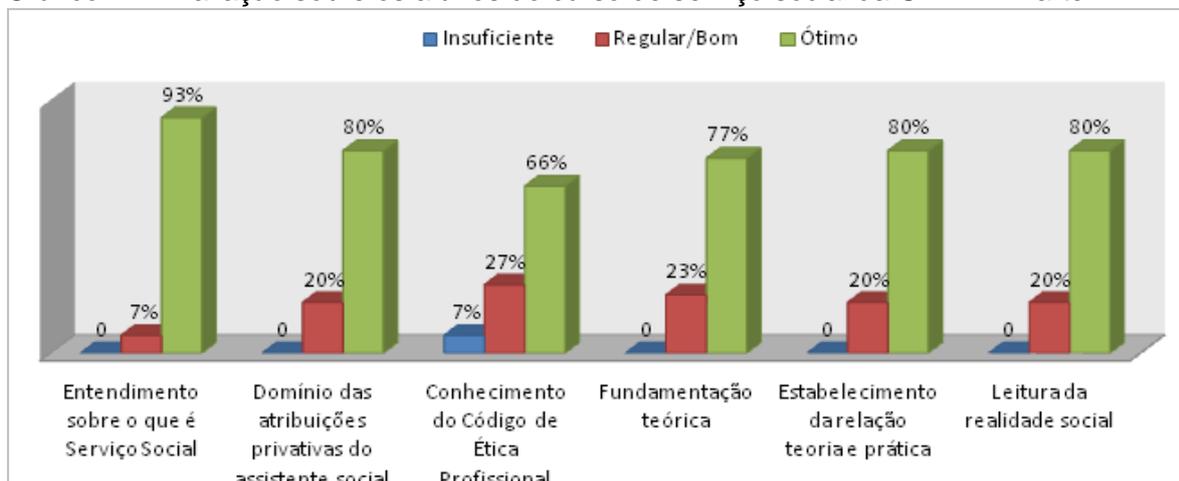
A necessidade de ouvir e dar voz aos sujeitos objetiva dar centralidade a temática do estágio supervisionado como componente curricular importante na formação do assistente social, buscando revelar os desafios e as demandas que se colocam no cotidiano do estágio supervisionado diante do contexto da precarização do ensino superior.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: SOB OS OLHARES DOS SUPERVISORES DE CAMPO

Ao olharmos unicamente para os alunos da UFAM, solicitamos aos supervisores de campo que procedessem a uma avaliação acerca da qualidade dos acadêmicos supervisionados nos últimos 5 (cinco) anos, sob vários aspectos, atribuindo notas de 0 a 5. Explicamos que de 0 a 1 seriam notas ruins (abaixo da média), de 2 a 3 bom ou regular (notas intermediárias) e, por fim, 4 a 5 ótimo (pontuação máxima). Ressaltamos que nenhuma supervisora se recusou a responder. Dividimos os dados colhidos em dois gráficos para melhor compreensão da análise realizada (gráficos 7 e 8):

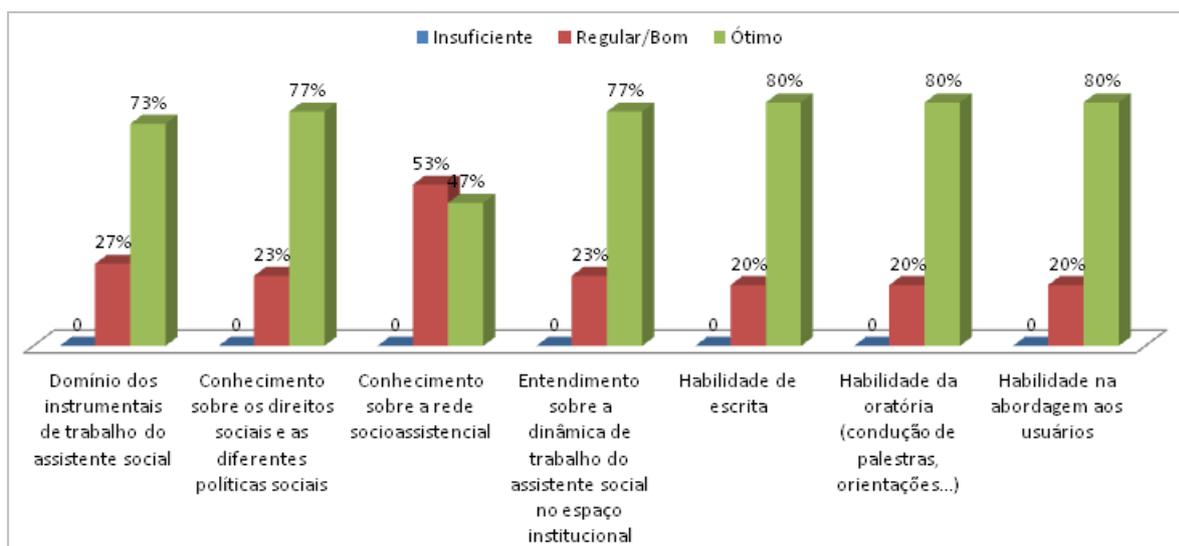


Gráfico 7 – Avaliação sobre os alunos do curso de serviço social da UFAM – Parte 1.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Gráfico 8 – Avaliação sobre os alunos do curso de serviço social da UFAM – Parte 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Diante das respostas dos sujeitos, percebe-se que, em sua grande maioria (93%), os acadêmicos vêm apresentando um bom entendimento do que é Serviço Social, o que nos demonstra que o curso de Serviço Social da UFAM vem trabalhando eixos que deixam claros o que este curso pretende, assim como qual o papel do assistente social, como profissão regulamentada pela lei federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993, sendo este que faz o planejamento e a execução de políticas públicas e de programas sociais voltados para o bem estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade.



É importante destacar que o Serviço Social, como esclarece Iamamoto (2014), é uma profissão que vivencia o desafio constante de se articular à realidade social, visto que “não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade” (p. 55). Por essa razão, é indispensável que a formação disponha de boa base de fundamentação teórico-metodológica e instrumentalize para a leitura/análise desta realidade. A esse respeito, as supervisoras também consideraram que os estagiários têm mostrado competência para esta leitura (80%) e ótima fundamentação teórica (77%). Trata-se de um curso que dá base ao aluno para compreender e analisar a realidade social numa perspectiva histórica, crítica e propositiva. A matriz curricular inclui sociologia, teoria do conhecimento, ciência política, antropologia, psicologia, filosofia, economia e formação sócio-histórica do Brasil, disciplinas que ajudam nesse processo de leitura do mundo.

Quanto ao domínio das atribuições privativas, 80% dos entrevistados avaliam como ótima a capacidade dos acadêmicos de entender o que compete exclusivamente ao assistente social desenvolver. O artigo 5º da Lei 8662/93 trata especificamente destas atribuições, que incluem: coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos no âmbito do serviço social; assessoria e consultoria em matéria de serviço social; vistorias, perícias, emissão de laudos e pareceres sociais; magistério em matérias que exijam conhecimentos específicos de serviço social; supervisão direta a estagiários; coordenação de curso de serviço social; dentre outras.

Em termos de conhecimento do código de ética, ainda que, majoritariamente, a avaliação seja ótima, merece destaque que 7% julgaram tal domínio como insuficiente e 27% como regular ou bom. Tais dados, apesar de menos citados pelas entrevistadas, são fonte de preocupação e dignos de uma reflexão no âmbito do curso, pois é imprescindível que os futuros profissionais entendam, conheçam e vivam o Código de Ética, que, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Nacionais, constituem os pilares da formação profissional, como defende Iamamoto (2014). Esse trinômio expressa muito bem o que denominamos de projeto ético-político profissional.

Mais do que um normatizador de direitos e deveres, o Código de Ética exprime um projeto coletivo de profissão, indica o *ethos* profissional construído historicamente pela categoria. Nessa direção, Barroco (2008, p. 69) enfoca que tal *ethos* diz respeito ao “modo de ser construído a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão”.

O serviço social defende veementemente a indissociabilidade entre teoria e prática, razão pela qual Lewgoy (2009) defende o estágio como espaço privilegiado para o aluno



fazer a mediação entre ambas, compreendendo que esta relação não pode ser limitada ao estágio, por isso, é fundamental que as disciplinas, seminários e atividades complementares potencializem essa interação.

As supervisoras, em sua maioria (80%) julgaram que os estagiários da UFAM são ótimos quanto ao estabelecimento da relação da teoria e prática. Este dado desmente o jargão “na teoria a prática é outra”, indicando-nos que a UFAM vem, portanto, levando seu acadêmico a esta reflexão, para que o mesmo enxergue que a teoria precisa da prática e vice-versa.

Para a realização de seu trabalho e a viabilização dos direitos, o assistente social lança mão de um conjunto de instrumentais e técnicas, que envolvem entrevista social (ficha social), estudo socioeconômico, laudos e pareceres sociais, encaminhamentos sociais, visita domiciliar etc. Acerca dos instrumentais de trabalho, 73% das supervisoras consideraram como ótimo o domínio dos acadêmicos, o que denota que a formação tem habilitado positivamente para o exercício profissional.

A propósito do entendimento sobre a dinâmica de trabalho do assistente social no espaço institucional e sobre os direitos sociais e as diferentes políticas sociais, os sujeitos evidenciaram que a maioria dos estagiários (77%) tem domínio desses conhecimentos. A boa análise institucional favorece uma melhor intervenção e, por conseguinte, amplia as possibilidades de facilitar o acesso dos usuários aos seus direitos.

Se, por um lado, as entrevistadas ressaltaram o ótimo conhecimento dos estagiários sobre as políticas sociais e direitos sociais, por outro, apontaram que há fragilidade desses mesmos estagiários quanto ao conhecimento sobre a rede socioassistencial, que diz respeito à articulação entre os diferentes serviços e políticas sociais. Em 53% das respostas o conhecimento sobre a rede é julgado como regular ou bom, visto que muitos alunos demonstram domínio sobre a legislação social em torno da política, mas não sabem como operacionalizar o direito, desconhecem os órgãos existentes em cada área, suas competências, os serviços e benefícios viabilizados etc. Esse dado denota a necessidade de que o curso possa reavaliar a condução das disciplinas para que estas contemplem a operacionalidade das políticas sociais, pois, pelo que relataram as supervisoras, nesse aspecto há pouca relação entre teoria e prática, na medida em que os estagiários conhecem teoricamente a política, mas não a conhecem em termos práticos.

Identificamos uma semelhança das pontuações no que tange à habilidade de escrita, habilidade da oratória e habilidade na abordagem aos usuários, consideradas como ótimas por 80% das entrevistadas. Esses dados são interessantes, porque durante todo o curso



são desenvolvidas muitas atividades que estimulam o pensar crítico e o bom encadeamento de ideias, como produção de resenhas, fichamentos, trabalhos escritos, resumos, provas discursivas, artigos, seminários, apresentações lúdicas etc.

Por fim, percebe-se que os acadêmicos do curso de serviço social da UFAM, nos últimos cinco anos, têm expressado boa formação profissional, que reflete na atuação como estagiários nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. A avaliação das supervisoras indica limitações dos acadêmicos quanto ao conhecimento teórico-prático do código de ética e da rede socioassistencial. Tais quesitos demandam uma urgente atenção do curso de Serviço Social, porque são elementos fundamentais ao exercício profissional e que têm se mostrado frágeis.

3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O OLHAR DOS DOCENTES

A reflexão teórico-prática, debatida principalmente no estágio supervisionado, deve ser instigada durante a formação profissional em meio aos futuros assistentes sociais, através dos docentes, possibilitando no ensino, pesquisa e extensão uma análise crítica e conceitual acerca da objetivação que o profissional vai buscar, reconhecendo na Teoria Social de Marx um importante passo para a formação da teoria em Serviço Social e compreendendo que a mesma não instrumentaliza para a prática, mas cria pressupostos necessários e cruciais para uma intervenção qualificada. Não existe prática sem teoria nem teoria sem prática. No entanto, vejamos:

Há na intervenção, um momento difícil de se controlar: a “surpresa, o aleatório”, o que também evidencia que as mediações existentes no campo da teoria não são as mesmas no campo da prática. Assim, os princípios teóricos têm vigência na intervenção, orientam a intervenção, mas não a esgotam (SANTOS, 2013, p. 35).

Neste caso, durante a ação realizada na prática, a teoria orienta a ação, contudo não está no âmbito da efetividade, possuindo a orientação técnico-operativa lugar de importância para desvendar situações, alcançando metas de intervenção, disponibilizando também condições para que a teoria se torne significativa criando o caminho para resultados condicionados pela prática, demonstrando novamente a unidade. Assim, é possível que teoria e prática caminhem juntas e se complementem.

A dicotomia projetada na reflexão teórico-prática está longe de ser real, entretanto, nos deparamos muito com esta confusão entre acadêmicos de Serviço Social e, conseqüentemente, possíveis profissionais. Na esfera do mercado de trabalho, com um



direcionamento fraco de questões teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão, o assistente social não estará qualificado para corresponder às diversas expressões da questão social, se nem mesmo consegue compreender que fatores carregam determinada realidade, como ela se contradiz, buscando mediante aspectos econômicos, políticos e sociais trabalhar através da práxis para intervir e perceber elementos cruciais para dispor da instrumentalidade na prática, entre outras coisas que, se não apreendidas, fazem com que o mercado de trabalho obtenha profissionais desqualificados e disponíveis aos interesses da instituição. “A formação competente é aquela que conhece o mercado de trabalho, mas não se limita a ele” (SANTOS, 2013, p. 96).

As instituições e órgãos responsáveis pela formação, como a ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), possuem muita importância para a construção de conhecimento, através de congressos, seminários e outros que também contribuam de forma significativa para o avanço de nossa profissão.

Um dos princípios que fundamenta a formação profissional, constante no documento da ABEPSS (1996), fala que deve haver indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional, porém nos deparamos com uma operacionalização diferente, onde, seja por forças institucionais ou sobrecarga de trabalho e até mesmo desinteresse, o profissional tende a repetir o que verificamos na fala a seguir:

(...) se você pega, por exemplo, disciplinas como estágio, você vai ver professores, infelizmente, não só substituto, mas também de carreira, que nem vão no campo de estágio, isso não sou eu que estou dizendo, quem dizem são os alunos. Então, é, muitas vezes quando a gente vai no campo de estágio eu, por exemplo, eu sempre costumo ir no campo de estágio pelo menos duas vezes, no início e no final, já que a gente não consegue ter uma sistemática maior. Então, muitas vezes quando você vai lá, muitas vezes, o supervisor até se assusta porque são campos de estágio que existem há 10 anos e que eles nunca viram docente lá (DC9, Pesquisa de campo, 2015).

As críticas abordadas estão muito mais relacionadas à operacionalização desse currículo e à articulação de sua proposta entre as disciplinas. Temos, como todo currículo, problemas, pois nunca será perfeito, entretanto, com esforço algumas coisas podem ser melhor executadas e outras são discussões que alcançam o Serviço Social de forma geral.

A formação profissional como consta nas diretrizes e é referendado pelo MEC, vale-se de uma formação generalista, que deve habilitar o discente a conhecer as formas de



intervenção, investigação e pesquisa, tendo em vista os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão que serão, digamos, o alicerce para a atuação profissional, ou seja, será apto a atuar em qualquer espaço sócio-ocupacional, devendo, por necessidade da própria atuação, aprofundar seus conhecimentos em determinada área.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, da ABEPSS de 2010, o bacharel em serviço social deve receber uma formação capaz de responder às diferentes manifestações da questão social, de modo que o ensino oferecido esteja sustentado no tripé profissional teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Neste sentido, é necessário incluir tópicos relevantes que suscitem o olhar crítico dos acadêmicos de serviço social, bem como fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento ao ensino superior fragilizado, por isso foi indicada, em 2010, a Política Nacional de Estágio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos observar que estudar os reflexos da formação teórico-metodológica no estágio supervisionado do Curso de Serviço Social da UFAM nos aproximou da nossa realidade acadêmica, como também do espaço de estágio, assim como nos faz olhar a formação profissional, na ótica dos supervisores de campo e dos docentes sob uma nova perspectiva. A aproximação com a pesquisa, com as literaturas, com a verificação da formação profissional no estágio supervisionado através das entrevistas feitas por formulários e com os desafios postos a formação profissional do curso de Serviço Social da UFAM, nos fez perceber que muito mais que traçar críticas ou elogios ao currículo 2009 do curso de Serviço Social da UFAM é necessário, antes de tudo, que o compreendamos em sua totalidade.

Os dados levantados em nossa pesquisa de campo nos possibilitaram apontar a suma importância do estágio na formação profissional, no processo de construção da identidade profissional, sendo este um espaço de ensino e aprendizado. Como podemos constatar, por meio das análises feitas neste trabalho, o estágio é uma fase importante da formação dos futuros profissionais. Mas, de acordo com a forma como ele é realizado nas instituições e com o grau de envolvimento das pessoas ali presentes, ele tanto pode ser um espaço de construção de novos significados para a atividade profissional quanto de reprodução de modelos preestabelecidos.



Avançar rumo a uma melhor qualificação na formação dos novos assistentes sociais depende da significação que formadores e formandos dão às suas ações, inclusive na realização do estágio.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf. Acesso em: 22 jun. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. Ed. São Paulo, Cortez, 2014.

KAMEYAMA, Nobuco. **“A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social Avanços e tendências (1975 a 1997)”**. Cadernos ABESS, nº 8. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 108, p. 762-780, out./dez 2011.

NORONHA, Mayza Lorena Barbosa da Silva. **Potencialidades e limitações do curso de Serviço Social na UFAM: a percepção dos professores sobre a formação profissional**. Pesquisa de Iniciação Científica, UFAM, 2015.

PINTO, G. Bosco João. **Buscando uma Metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas**. Cadernos Abess nº 6, produção científica e formação profissional, São Paulo: Cortez, 1998.p. 29-45.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, Vivianne Batista Riker de; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A produção científica na graduação em Serviço Social na UFAM**. 2016. Relatório Final de Iniciação Científica (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-Amazonas, 2016.